

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.
- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO)

mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
- viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de Novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Região de Coimbra.
- ix. A 17 de Março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
- xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, neste ato representada por Ana Abrunhosa que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro e no Despacho nº 6756/2014, de 23 de Maio.

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de

Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Ataíde das Neves.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (adiante designada por CIM Região de Coimbra), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 52.554.926,95 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro assegura um apoio de 30.537.799,45 euros FEDER e de 19.140.962,10 euros FSE, que totalizam um montante de 49.678.761,55 euros para participar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 352.750,00 euros do Fundo de Coesão, para participar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 1.720.505,40 euros do FSE, para participar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 802.910,00 euros do FEADER, para participar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A CIM Região de Coimbra compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).

2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.
3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.
4. A CIM Região de Coimbra, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a CIM Região de Coimbra compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da CIM Região de Coimbra enquanto organismo intermédio, onde se incluem elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades

de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a CIM Região de Coimbra.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

- Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida
- Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023
- Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Coimbra, 31 de agosto de 2015

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Centro (Centro 2020)

Ana Abrunhosa

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR)

Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO
ISE)

Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Região de Coimbra

João Ataíde das Neves



ANEXOS

ANEXO 1 – Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento

Anexo 1
CIM REGIÃO DE COIMBRA

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Prioridades de Investimento/ Medida		Programa Operacional	Eixo Pacto	FEDER	FSE	FUNDO COESÃO	FEADER	Fundo Total
03.M04	Investimentos em ativos físicos	PDR	IE02- Proteção, qualificação,valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais/ Infraestruturas coletivas: Regadios e barragens				802.910,00	802.910,00
02.03	O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.	PO CENTRO 2020	IE10-Modernização e eficiência administrativa	3.725.074,00				3.725.074,00
04.03	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis	PO CENTRO 20210	IE01- Promoção das energias renováveis e da eficiência energética	4.577.975,45				4.577.975,45
05.01	Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas	POSEUR	IE02- Proteção, qualificação,valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais			85.000,00		85.000,00
05.02	Promoção de investimentos para abordar riscos específicos... desenvolver sistemas de gestão de catastrofes	POSEUR	IE02- Proteção, qualificação,valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais / Prevenção e gestão de riscos			267.750,00		267.750,00
06.03	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	PO CENTRO 2020	IE04- Região de Coimbra, destino turístico/ Valorização do património natural e cultural e promoção turística	6.247.500,00				6.247.500,00
08.03	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	PO CENTRO 2020	IE06- Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego - Sistema de Incentivos		5.000.000,00			5.000.000,00
08.08	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	PO CENTRO 2020	IE06- Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego - Sistema de Incentivos	3.000.000,00				3.000.000,00
09.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	PO CENTRO 2020	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza- Dinamização de Estratégias de Integração + Programa intermunicipal para a redução da		1.553.123,40			1.553.123,40
09.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	PO ISE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Cultura para todos		1.470.505,10			1.470.505,10
09.04	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	PO ISE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Idade + Envelhecimento ativo		250.000,30			250.000,30
09.07	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	PO CENTRO 2020	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Equipamentos	5.087.250,00				5.087.250,00
10.01	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário	PO CENTRO 2020	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Combate ao abandono escolar		12.587.838,70			12.587.838,70
10.05	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional	PO CENTRO 2020	E07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza- Equipamentos escolares	7.900.000,00				7.900.000,00
Total				30.537.799,45	20.861.467,50	352.750,00	802.910,00	52.554.926,95
Total PO CENTRO 2020				30.537.799,45	19.140.962,10	0,00	0,00	49.678.761,55
Total PO SEUR				0,00	0,00	352.750,00	0,00	352.750,00
Total PO ISE				0,00	1.720.505,40	0,00	0,00	1.720.505,40
Total PDR				0,00	0,00	0,00	802.910,00	802.910,00

**ANEXO 2 – Quantificação das metas dos indicadores de
desempenho do Pacto (realização e resultado) para
2018 e 2023**

Anexo 2 - Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de Investimento a mobilizar	Fundo	PO	Indicadores Investimento						Dotação FUNDO a Contratualizar		
			Indicador de realização			Indicador de resultado					
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Indicador	Meta 2018		Meta 2023	Unidade medição
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	PO CENTRO	Serviços da Administração Pública apoiados	2	6	Nº	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	-	65	%	3.725.074,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	PO CENTRO	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	1.183.809	5.919.043	KWh/ano		-	-		2.040.085,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	PO CENTRO	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	1.224.159	6.120.795	KWh/ano		-	-		2.537.890,45
TOTAL PI 04.03	FEDER	PO CENTRO	Redução anual do consumo de energia	2.407.968	12.039.838	KWh/ano		-	-		4.577.975,45
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	PO CENTRO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	45.900	76.500	visitantes/ano		-	-		6.247.500,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	PO CENTRO	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	192	320	Nº	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	-	50	%	5.000.000,00
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	PO CENTRO	Empresas que beneficiam de apoio	24	40	Nº	Postos de trabalho criados	-	56	Nº	3.000.000,00
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PO CENTRO	<i>Indicador Complementar</i> Projetos de inovação e experimentação social apoiados	9	15	Nº		-	-		1.553.123,40
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PO ISE	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	126	336	Nº	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70	90		1.470.505,10
			<i>Indicador Complementar</i> Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	56	149	Nº	<i>Indicador Complementar</i> Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70	90	%	
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	PO ISE	<i>Indicador Complementar</i> Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	1	2	Nº	<i>Indicador Complementar</i> Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70	90	%	250.000,30
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	PO CENTRO	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	7	7	Nº	<i>Indicador Complementar</i> Nº de utentes nos equipamentos sociais e de saúde apoiados	96200	96200	Nº	5.087.250,00
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	PO CENTRO	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1	1	Nº	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	-	60	%	12.587.838,70
10.05 - Investimentos na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	2328	2328	Nº/Anual				%	5.000.000,00
10.05 - Investimentos na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas; DGEstE	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	3759	3759	Nº/Anual				%	2.900.000,00
TOTAL PI 10.05	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	6087	6087	Nº/Anual	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)		44	%	7.900.000,00
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	PO SEUR	<i>Indicador Complementar</i> Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	1	1	Nº	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	40	100	%	85.000
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	PO SEUR	<i>Indicadores Complementares</i> Instrumentos de planeamento de emergência e proteção civil elaborados	1	1	Nº	<i>Indicadores Complementares</i> Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	108389	303489	ha	267.750,00
			Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	1118	1118	Nº	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	21	21	Nº	
			Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	1	1	Nº	Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nas plataformas colaborativas pelos utilizadores finais	22	22	Nº	
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	FEADER	PDR	<i>Indicadores Complementares</i> Segurança de barragens	1	1	Nº					802.910,00
			Regadios tradicionais	83	104	ha					
Total											52.554.926,95

ANEXO 3 – Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-012 Versão 8

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
508354617	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA
Morada (Sede Social)	
RUA DO BRASIL, 131	
Código Postal	Localidade
3030-175	COIMBRA
NUT III	NUT II
Região de Coimbra	Centro
Telefone	E-mail
239680372	geral@cim-regiaodecoimbra.pt
Telefax	URL
	http://cim-regiaodecoimbra.pt/

Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
Jorge Manuel Teixeira Bento	239680373
Cargo Responsável	Telemóvel Responsável
1.º Secretário Executivo Intermunicipal	917200678
Serviço/Departamento	Email Responsável
CIM Região de Coimbra	jorge.bento@cim-regiaodecoimbra.pt
	Email Alternativo
	geral@cm-regiaodecoimbra.pt

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprova o estatuto das entidades intermunicipais e estabelece o regime jurídico das autarquias locais, do associativismo autárquico e da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Decorrente da entrada em vigor deste normativo legislativo, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC) sucede à CIM do Baixo Mondego, alargando o seu território a nove dos catorze municípios da extinta CIM do Pinhal Interior Norte. Foi neste novo quadro que a CIM RC desenvolveu ao longo do ano de 2013 e do primeiro semestre de 2014 um processo de reflexão estratégica, visando construir uma estratégia integrada de desenvolvimento para a região de Coimbra com o horizonte temporal do período de programação estrutural, 2014-2020.

A perceção e compreensão do papel fundamental das estratégias de base territorial (EBT) na promoção da competitividade, do crescimento sustentado, do emprego, da coesão social e do ordenamento do território na região de Coimbra são, no entanto, muito anteriores à constituição da nova CIM, estando na génese de processos de reflexão, discussão e ação promovido pelas antigas CIM do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, nomeadamente no quadro do anterior período de programação comunitária, que culminou com a aprovação dos respetivos Programas de Desenvolvimento Territorial e com os processos de contratualização com subvenção global com a AG do PO da região Centro. Após a celebração de novas adendas aos contratos de delegação de competências, o valor total da subvenção global das duas CIM ascendeu a cerca de 99 milhões de euros.

O trabalho desde então desenvolvido pela CIM RC permitiu um acumular de conhecimentos e aprendizagens que constituem uma mais-valia significativa no desenvolvimento de futuros trabalhos. A execução da contratualização foi muito marcada pela pressão para a identificação e aprovação dos projetos com um maior grau de maturidade, dificultando a aprovação de projetos de natureza inter e/ou supramunicipal cuja complexidade exige um maior período de tempo para a mobilização dos parceiros e para a construção de consensos. Ainda assim, a contratualização serviu de incentivo à constituição de equipas técnicas que dificilmente teriam sido montadas num contexto diferente e ao lançamento pela CIM de projetos que visam ganhos de eficácia e eficiência fora do âmbito da contratualização. Neste sentido destaca-se a experiência da CIM:

- a) Na análise de candidaturas e acompanhamento da execução dos projetos contratualizados: a consulta dos relatórios de atividades das CIM revela também que o ritmo de aprovação e execução dos fundos contratualizados com a AG do PO Centro ganhou um forte impulso com as medidas dos dois memorandos de entendimento entre o ANMP e o governo, e que é previsível uma concretização dos objetivos, em termos de valores de fundo programados; nota-se também um forte alinhamento com objetivos de ordem mais qualitativa, consagrados nos Planos Territoriais de Desenvolvimento das duas regiões;
- b) Enquanto promotor ou parceiro em projetos e investimentos em áreas diversificadas como a promoção do empreendedorismo (por ex: Portal do Empreendedor da Região de Coimbra, balcão de atendimento e apoio técnico ao empreendedor, ações de sensibilização, desafios de criatividade e inovação, ações de capacitação técnica para empreendedores e programa de empreendedorismo nas escolas) combate aos incêndios, combate à exclusão social (ex: teleassistência), modernização administrativa (ex: projeto Licenciamento Zero) serviços partilhados e central de compras.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
600082466	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	Valorização dos recursos florestais
600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;

503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	Valorização dos recursos florestais

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Região de Coimbra

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A região de Coimbra agrega os concelhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares, Mortágua e Mealhada. O diagnóstico é suportado por indicadores calculados para a nova região de Coimbra e por indicadores das NUTS III do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, as que permitem uma melhor aproximação à nova realidade territorial.

Identificam-se quatro vetores distintivos da região de Coimbra no contexto nacional e regional:

1. A dimensão territorial, populacional e económica (região com o maior número de habitantes e de concelhos no Centro, estimando-se que represente 20% do PIB), por justificar a implantação de ofertas públicas e privadas altamente qualificadas e especializadas que dependem de um nível mínimo de massa crítica económica e populacional, mas levantando desafios adicionais na construção de consensos e do modelo de governação da estratégia de desenvolvimento;
2. A diversidade de densidades e perfis populacionais e produtivos, de paisagens e de recursos, pela oportunidade de construção sinergias entre atividades e setores económicos, mas levantando desafios adicionais na criação de condições de acessibilidade e mobilidade e de compatibilização dos vários modos de ocupação e uso do território;
3. A riqueza dos recursos endógenos (floresta, os rios, a serra, a costa, o património), pelo seu potencial de afirmação turística e pelo papel determinante na criação de valor e de emprego e na construção de uma identidade regional;
4. A experiência e qualidade do trabalho de instituições de referência nacional nos domínios da educação, ciências de vida e I&DT, pela oportunidade de consolidação de um dos pilares do sistema científico e tecnológico da região Centro e do país e de desenvolvimento de um modelo de especialização inteligente.

Crescimento Inteligente

A tendência de crescimento económico da região de Coimbra reflete, à sua escala, a diversidade de recursos que caracteriza a região Centro:

- a) Amplos recursos agrícolas, hídricos e florestais, sustentando na região um conjunto de atividades económicas gradualmente organizada numa lógica de fileira - horticultura, fruticultura, cereais, pesca/aquicultura e indústria do pescado, produção florestal e de papel – e levadas a cabo por um tecido empresarial que combina uma malha relativamente atomizada de pequenas empresas com um conjunto limitado de empresas de transformação e distribuição de maior dimensão e com uma forte capacidade de inserção no mercados internacionais;
- b) Tradição e know-how industrial – as indústrias agroalimentar, de pasta e papel, de material de construção e metalúrgicas têm uma presença dispersa na região - que garantem um nível de especialização e de produtividade do setor mais elevado que o padrão nacional;
- c) Um mosaico de recursos turísticos com uma área de influência territorial e uma capacidade de captação de fluxos de procura ainda relativamente limitada mas com um forte potencial de valorização;

d) Uma oferta pública de serviços de saúde e educação liderada pela Universidade de Coimbra, cuja área de influência ultrapassa largamente as fronteiras de região e que, gradualmente, é complementada por um conjunto significativo de unidades de investigação e, em menor medida, por iniciativas empresariais de base tecnológica (farmacêutica, biotecnologia e TIC).

O reconhecimento do valor destes recursos justificou, ao longo dos últimos períodos de programação, um conjunto de investimentos públicos e privados nas áreas de acolhimento empresarial, no Porto da Figueira da Foz, nas infraestruturas de incubação e apoio científico e tecnológico, em estratégias de eficiência coletiva, nomeadamente orientadas para a consolidação de pólos e clusters e nos projetos de I&D desenvolvidos por empresas.

A análise das dificuldades em acompanhar o ritmo de crescimento médio do VAB no país e em aumentar a intensidade exportadora indicia, no entanto, a persistência de obstáculos à plena exploração destes recursos e investimentos. Sem prejuízo da necessidade de investimentos em infraestruturas e equipamentos – fruto de debilidades na oferta de serviços avançados às empresas nas áreas de acolhimento empresarial, nas ligações logísticas da região ao exterior, nas ligações multimodais, na oferta de transportes públicos à escala regional e nas acessibilidades rodoviárias estruturantes à escala municipal - foi também unânime que na base destas vulnerabilidades estão falhas na comunicação e coordenação entre entidades públicas e privadas e a complexidade dos quadros regulamentares, nacional e comunitário.

Crescimento sustentável

A riqueza ambiental da região consubstancia-se num acervo assinalável de recursos endógenos que importa alavancar. O extenso coberto florestal e as áreas agrícolas e agroflorestais constituem-se como vetores estruturantes do desenvolvimento da região, seja pela importância que assumem na sua imagem e notoriedade, seja pelo potencial que encerram para a criação de emprego e riqueza.

O padrão de ocupação do solo traduz-se num maior pendor produtivo que distingue a região de Coimbra no contexto da região Centro e do país, com destaque para o milho, o arroz e alguns produtos hortícolas. Importa, ainda, salientar as atividades ligadas à exploração dos recursos florestais que assumem uma expressão relevante em setores como o papel, o mobiliário e a produção de energia.

Na produção de energia a região de Coimbra conheceu uma evolução bastante positiva, permitindo ao território melhorar o seu posicionamento no contexto da região Centro e do país: em 2011, o Baixo Mondego e o Pinhal Interior Norte foram responsáveis por mais de um terço da produzida na região Centro.

No domínio das infraestruturas ambientais, naquilo que se prende com a recolha e tratamento de resíduos urbanos, a região de Coimbra denota algumas dificuldades em acompanhar os patamares do país e da região Centro. No que respeita ao tratamento de águas residuais, são mais expressivas as carências nos concelhos do interior, onde o tipo de povoamento, de baixa densidade, coloca um desafio ao desenho de soluções sustentáveis e economicamente viáveis que se adequem a este contexto territorial.

Crescimento inclusivo

A análise do índice de envelhecimento mostra um território bastante assimétrico: de uma forma global a região de Coimbra apresenta um nível de envelhecimento mais elevado do que a região Centro, mas é nos concelhos do interior que o fenómeno assume proporções mais graves, com efeitos sobre o peso nos orçamentos das autarquias e das famílias dos custos associados às necessidades específicas da população idosa. De fato, a tendência de envelhecimento populacional de comunidades fortemente dependentes de prestações da segurança social e de rendimentos do mercado de trabalho informal, num contexto de crise de setores tradicionalmente empregadores intensivos de mão-de-obra é reconhecida pelos stakeholders como um cenário potenciador de focos de carência económica e exclusão social, que exigem respostas de proteção social com uma muito forte participação dos recursos públicos, sejam financeiros, humanos ou técnicos. O envelhecimento populacional e o decréscimo da população residente constituem-se também como variáveis redutoras da atratividade empresarial e económica do território, seja pelo efeito negativo sobre a dinâmica do consumo ou pela contração da bolsa de recursos humanos disponíveis.

O mercado de trabalho da região de Coimbra reflete a tendência de agravamento do desemprego transversal ao país, ainda que de uma forma relativamente moderada em comparação com o padrão do Centro. Ainda assim, os indicadores para a região não devem esconder insuficiências e debilidades na criação de postos de trabalho nos territórios mais interiores, relacionadas com baixas densidades empresariais e com a degradação significativa da situação conjuntural, cujos efeitos são atenuados pela oferta de postos de trabalho nos principais pólos urbanos da região. Neste quadro emerge como crítica a melhoria da qualidade das condições de mobilidade de trabalhadores e estudantes na região e do encontro entre oferta e procura de habilitações no mercado de trabalho.

A região de Coimbra registou, à semelhança o resto do país melhorias notáveis nos indicadores de educação, como a taxa de abandono e insucesso escolar, e a presença da Universidade e do Instituto Politécnico de Coimbra terá também contribuído para o gradual aumento do peso da população ativa com habilitações de nível superior, mas o processo de participação dos stakeholders revelou algumas

preocupações no domínio da educação:

- a) A resistência à descida da taxa de insucesso escolar em concelhos mais rurais e interiores;
- b) A procura de trabalho por parte do tecido empresarial é ainda marcada pela menor aposta relativa em mão-de-obra mais qualificada e por valores de salário médio inferiores à média do centro e do país;
- c) A falta de complementaridade entre a oferta de formação de nível superior e não superior, muito em particular a oferta de modalidades profissionalizantes de dupla certificação. Esta tendência, a que não foge o setor público, gera duplicações e ineficiências, e deixa em aberto no mercado de trabalho as necessidades de alguns empregadores.

A relevância do objetivo de reforço da articulação e complementaridade das ofertas de serviços públicos e do terceiro setor é, aliás, válida noutros domínios sociais, para além da educação, como a saúde e ação social, reconhecendo-se o esforço de aumento da cobertura do território por equipamentos e serviços, mas simultaneamente, a persistência de focos de ineficiência da oferta regional, indissociáveis das dificuldades de mobilidade dos utentes residentes em territórios mais afastados dos serviços e equipamentos de maior dimensão e especialização e da fraca capacidade de canalização de profissionais e técnicos qualificados para as instituições e territórios mais carenciadas. A superação destas ineficiências e a melhoria da sustentabilidade das entidades do terceiro setor é tanto mais urgente quando se considera o seu papel na crucial criação de emprego nos territórios de baixa densidade.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

1. Exploração da diversidade de recursos numa estratégia de crescimento inteligente
2. Capitalização as experiências de trabalho em parceira no âmbito das estratégias de eficiência coletiva e da contratualização
3. Valorização dos recursos ambientais e endógenos, promovendo o equilíbrio entre a preservação do património e o desenvolvimento de atividades económicas
4. Criação de emprego na economia social

Principais Pontos Fortes

1. Produtividade do setor industrial
2. Coberto florestal e internacionalização da fileira
3. Infraestruturas de suporte e áreas de acolhimento empresarial
4. Qualidade do património histórico e cultural
5. Condições de excelência para a produção hortofrutícola
6. Recursos hídricos
7. Produção e diversificação das fontes de energia
8. Presença de um pólo de serviços de educação e saúde com relevância nacional

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

1. Prolongamento da crise económica nacional
2. Intensificação do modelo de desenvolvimento assente nos baixos custos unitários de mão-de-obra
3. Centralização dos centros de decisão fora da região
4. Clivagem entre o litoral e o interior: níveis de desenvolvimento e condições de acesso aos serviços públicos e ao emprego
5. Pressões sobre os recursos hídricos e florestais: incêndios, erosão e inundações
6. Novos focos de carência económica e exclusão social

Principais Pontos Fracos

1. Debilidade da intensidade exportadora
2. Atrasos nas ligações logísticas e multimodais e acessibilidades estruturantes
3. Dificuldades de escoamento e certificação dos produtos endógenos
4. Baixas taxas de recolha seletiva dos resíduos urbanos
5. Atomização da estrutura fundiária
6. Envelhecimento populacional
7. Agravamento do desemprego
8. Focos de resistência à descida da taxa de insucesso escolar
9. Ineficiências na oferta de serviços sociais

Principais desafios

1. Aplicação do conhecimento científico gerado no sistema científico e tecnológico no tecido empresarial e o encontro entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho
 2. Promoção e escoamento dos produtos endógenos, superando os obstáculos levantados pela pequena escala produtiva e pela complexidade dos sistemas de gestão da qualidade e certificação
 3. Equilíbrio entre o usufruto e fruição do património natural com a sua preservação, tornando-o um produto turístico atrativo para diferentes segmentos da procura.
 4. Exploração eficiente do espaço florestal e dos solos afetos à agricultura, superando os obstáculos levantados pela atomização da estrutura fundiária
 5. Apropriação por parte dos produtores florestais de parte do valor gerado na produção de bens públicos ambientais, no que respeita ao sequestro de carbono e à preservação da biodiversidade;
 6. Implementação de soluções de intermodalidade eficientes e promoção de investimentos na rede rodoviária e ferroviária, como elementos essenciais para a melhoria da atratividade turística e residencial das zonas rurais e para a defesa da coesão territorial da região.
 7. Desenho de soluções de saneamento, de recolha de lixo e de eficiência energética adequados às especificidades dos pólos urbanos de maior dimensão e aos territórios de baixa densidade
 8. Construção de respostas sociais sustentáveis e adequadas à tendência de envelhecimento populacional
 9. Construção de respostas educativas adequadas às especificidades das várias comunidades escolares
- Os fatores críticos de sucesso encontram-se em grande medida na esfera da governação e do financiamento da EITD e ITI:

1. Reforço efetivo dos laços de confiança entre os parceiros deste tão diverso território, reforço esse sustentado em políticas de coesão territorial, visando afirmar uma região com uma identidade forte e competitiva
2. Mobilização dos agentes económicos, sociais, culturais e institucionais para o retomar de um diálogo que deu conteúdo e espessura à EITD e ao ITI, visando criar uma malha de atores disponíveis para a constante reflexão sobre o destino e ambição do território, articulando, sempre que desejável, objetivos e políticas. É deste diálogo que podem nascer, com maior viabilidade de sucesso, projetos de dimensão supramunicipal que potenciem a região como região líder, inovadora e inclusiva
3. Afirmação de uma dinâmica de cooperação e o funcionamento em rede de atores públicos e privados
4. Afirmação política desta Comunidade Intermunicipal e desta região, perante as tradicionais lógicas centralistas, cruzando esforços com as restantes Comunidades da Região Centro, numa lógica de sã concorrência mas permanente esforço de concertação política face ao efeito polarizador das áreas metropolitanas e aos desafios que a internacionalização das nossas empresas e instituições produtoras de serviços nos colocam
5. Flexibilidade, simplicidade e adequação do quadro regulamentar dos instrumentos de financiamento das políticas públicas

Estratégia

Objetivos e vocação específica do ITI

A Estratégia Europa 2020 lança novos desafios às regiões europeias, traduzidos na agenda temática definida pela Comissão Europeia para o período de programação estrutural 2014-2020 que visa a promoção de um crescimento inteligente sustentável e inclusivo. Perante este novo enquadramento comunitário, a CIM RG reconheceu a necessidade de construção de uma sólida estratégia de futuro e de ação coletiva, com base numa abordagem ampla, transdisciplinar e integradora de ideias e projetos, afirmando-se como instrumento de base da ação pública, privada e associativa. Desta forma foi construída uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EITD) que dá resposta aos desafios lançados pela Estratégia Europa 2020, aproveitando as oportunidades de financiamento da política de coesão 2014-2020, mas também integradora de um amplo leque de projetos e iniciativas cruciais ao desenvolvimento sustentável da região, independentemente das respetivas condições de elegibilidade comunitária.

Neste quadro, o ITI é um dos instrumentos disponíveis para atingir os objetivos estratégicos, não esgotando todas as fontes de financiamento de projetos passíveis de serem mobilizados pelos atores regionais, incluindo a CIM. Ainda que a ITI tenha uma vocação específica – a produção de resultados significativos nos domínios da coesão, emprego e sustentabilidade territorial, promovendo a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, sob a liderança das CIM mas envolvendo vários stakeholders, assumindo-se como uma estratégia territorial “sem fronteiras entre concelhos” – esta só pode ser compreendida se for enquadrada pela visão, eixos e objetivos estratégicos da EITD, que se apresentam de seguida.

A dimensão territorial, populacional e económica da nova região de Coimbra, justifica, sem ignorar a natureza

crítica dos desafios expostos no diagnóstico, uma visão otimista sobre o posicionamento futuro da região nos referenciais de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, sobre o seu contributo para o cumprimento das metas nacionais e, principalmente, sobre o papel da CIM na programação e concretização da estratégia de desenvolvimento.

De facto, a criação de valor efetivo e potencial nos setores da agricultura, silvicultura e exploração florestal, indústria agroalimentar, energia e turismo com base nos recursos endógenos, o trabalho desenvolvido por instituições do SCTN com uma área de influência nacional e internacional e as infraestruturas de transporte, logística e de suporte ao desenvolvimento empresarial que já operam na região emergem como forças indiscutíveis no contexto da região Centro, mas também, pela qualidade e singularidade da combinação de recursos, no contexto nacional.

Deste consenso resultou a visão para a região de Coimbra:

- Região exemplar na gestão eficiente dos recursos naturais e do património, orientada para a redução dos custos energéticos suportados pelas organizações e famílias e para a sustentabilidade dos valores ambientais e culturais;
- Região pioneira e líder na construção de um sistema educativo, científico e tecnológico de referência nacional, orientado para o aumento da capacidade inovadora, produtiva e exportadora do tecido empresarial regional;
- Região comprometida com a diversidade das identidades e modos de vida locais, através da valorização do potencial endógeno, da facilitação da mobilidade e da garantia de equidade nas condições de acesso ao emprego, saúde, educação e proteção social.

A estratégia delineada para concretizar esta visão não é uma mera “soma das partes” – isto é, das intenções, recursos e projetos com uma área de influência municipal – mas sim uma efetiva priorização das áreas de intervenção que potenciam maiores sinergias entre os recursos humanos, técnicos, organizacionais, económicos e financeiros disponíveis na região. Neste sentido a estratégia de desenvolvimento da região de Coimbra fundamenta-se em três áreas de intervenção prioritária e duas áreas transversais, cujos objetivos são explicados de seguida.

AIP1: Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos

Pretende-se com as intervenções nesta área de intervenção prioritária criar condições para um menor consumo de recursos naturais e energéticos, em nome da sustentabilidade dos usos, mas também gerar novas oportunidades de emprego e de criação de riqueza e contribuir para a competitividade da economia regional através da diminuição da fatura energética das empresas, das entidades públicas, do terceiro setor e das famílias. Neste sentido, o ordenamento e proteção dos recursos naturais e patrimoniais, num a lógica de salvaguarda dos recursos (nomeadamente de proteção contra os incêndios, a erosão da orla costeira e cheias) deve surgir a par com: a melhoria da eficiência no uso da energia, água e outros recursos nas redes públicas de abastecimento, nos edifícios, equipamentos, transportes e frotas públicas, na habitação particular e nas empresas; a melhoria das condições de suporte ao desenvolvimento do potencial endógeno e reforço da orientação estratégica dos incentivos às empresas e dos apoios a estratégias de eficiência coletiva (no âmbito da área de intervenção prioritária apresentada a seguir) para os projetos que exploram o potencial endógeno da região.

As PI 4.3, 5.1, 5.2 e 6.3, mobilizadas pelo ITI, continuem para prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

1. Conservar e valorizar o espaço florestal e rural
2. Conservar e valorizar o património construído e imaterial
3. Diversificar a atividade económica dos territórios rurais, tendo em vista o aumento do valor acrescentado, exportações e emprego qualificado
4. Reduzir custos de ineficiências na produção, abastecimento e o consumo de água e energia
5. Assumir o rio Mondego, a mancha florestal, a costa litoral, as Aldeias do Xisto e o património cultural e construído de Coimbra como os principais recursos integradores das várias intervenções de valorização e gestão dos recursos endógenos

AIP 2: Inovação e Capital Humano

O potencial de criação de valor dos recursos endógenos e recursos humanos contrasta com a dificuldade em acelerar, de forma sustentada, o ritmo de crescimento económico, e com a persistência em franjas alargadas do tecido empresarial (em particular entre as PME) de estrangulamentos estruturais à melhoria do desempenho das atividades produtoras de bens e serviços mais expostos à concorrência internacional e à renovação do modelo de especialização produtiva regional no sentido da incorporação de fatores competitivos avançados. Num contexto em que a persistência deste estrangulamento é observada a par com a construção, lenta mas gradual e sustentada, de uma rede regional de entidades que operam no SCTN e que já constituem uma referência nacional, justifica-se a opção estratégia de ligar o objetivo de desenvolver uma economia regional mais competitiva e de maior valor acrescentado com o objetivo de reforçar a

valorização económica do potencial científico e tecnológico existente.

Por outro lado, a decisão de juntar numa só área prioritária as intervenções no domínio da renovação do modelo competitivo e qualificação do capital humano deve também ser lida à luz da preocupação com a capacidade da região acolher os recursos que as instituições de ensino formam anualmente e, consequentemente, concretizar ganhos das taxas de produtividade e de emprego qualificado.

O quadro de elegibilidades previsto para o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial limita o impacto potencial do ITI nesta área de intervenção prioritária, mas ainda assim, devem-se reconhecer os contributos das PI 8.3 e 8.8 para o objetivo estratégico de:

1. Incentivar a criação líquida de emprego e aumentar a capacidade de absorção do tecido empresarial regional dos recursos humanos qualificados.

AIP3: Coesão e inclusão social

Para além da dinâmica de envelhecimento da população - um dos constrangimentos estruturais à sustentação de um processo de crescimento económico - identificam-se na região de Coimbra insuficiências e debilidades na criação de postos de trabalho nos territórios mais interiores, relacionadas com baixas densidades empresariais e com a degradação significativa da situação conjuntural, cujos efeitos reforçam também o risco de pobreza e exclusão social. Emergem desafios em matéria do combate ao desemprego e das respostas sociais, aos quais acrescem, dada a situação de perifericidade de diversos territórios no interior da região, desafios na construção de melhores soluções de acessibilidade aos equipamentos e serviços sociais.

Daqui resulta que as intervenções na área da coesão e inclusão social assumem, em primeiro lugar, um forte enfoque na criação de condições de acesso dos cidadãos aos serviços públicos e na promoção da eficiência da despesa social; e em segundo lugar, na construção de medidas ativas de combate ao desemprego de natureza local e de uma oferta de formação profissional orientadas para os grupos mais vulneráveis aos riscos de exclusão social; e em terceiro lugar na deteção precoce de riscos sociais nas escolas e no combate ao insucesso e abandono escolar.

As PI 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5, mobilizadas pelo ITI, continuem para prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

1. Aumentar e qualificar a capacidade instalada em respostas sociais e educativas e corrigir as desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços sociais

2. Eliminar custos de ineficiências na oferta de equipamentos e serviços sociais

Áreas transversais - Rede urbana e estruturação do território e rede de governação e eficiência da administração

As intervenções na estruturação da rede urbana e do território e na rede de governação são transversais à estratégia de desenvolvimento, na medida em que permitem colmatar lacunas nas condições de base de atratividade territorial, contribuindo para a concretização de todos os objetivos atrás descritos. Destaca-se em particular a articulação com a PI 2.3 - como condição essencial para a estruturação de um "balcão" de apoio a promotores e aos cidadãos e para a convergência de diferentes instrumentos de política pública - e com as 4.3. e 6.3, na medida em que seja possível implementar soluções de proteção e valorização dos recursos naturais e do património adequadas às diferentes necessidades dos territórios rurais e urbanos.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O processo de construção da EIDT da Região de Coimbra internalizou, desde o início da sua conceção, objetivos de envolvimento dos cidadãos no diagnóstico das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças com que o território se confronta e na construção das linhas de orientação estratégica e das soluções operacionais que devem ser implementadas. A participação e envolvimento dos agentes locais na fase de conceção estratégica foi assumida como condição para a concertação e a convergência alargada dos stakeholders regionais em torno da estratégia regional, para a partilha de decisões, iniciativas e investimentos desde do início da construção dos projetos e, em última instância, para a geração de sinergias e complementaridades essenciais ao sucesso da estratégia desenvolvida para a região.

Neste sentido foi realizado um programa de trabalho que incluiu vários workshops com instituições públicas, autarquias, associações e outras organizações sem fins lucrativos, entidades do sistema científico e tecnológico regional e empresários que reconheceram a necessidade de concertação e cooperação entre os atores-chave do território e apontaram objetivos, novas soluções e ações que foram tidas em consideração em todas as fases do desenvolvimento dos trabalhos. O Pacto herda e beneficia deste processo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação da EIDT e da ITI, apresentando-se de seguida os principais marcos deste processo que teve início culminou a instalação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra (CEDI):

1. Workshop “Pessoas e Inclusão”: 5 Março 2013
2. Workshop “Ambiente, ordenamento e floresta”: 12 Março 2013
3. Workshop “Agricultura”: 13 Março 2013
4. Workshop “Competitividade e empresas e “Desenvolvimento rural e produtos endógenos”: 19 Março 2013
5. Reunião com os Conselho Executivos das CIM e Presidentes das Câmaras Municipais – balanço dos trabalhos desenvolvidos: 20 Março 2013
6. Workshop “Cidades e Cultura”: 3 Abril 2013
7. Workshop “Sistema científico e tecnológico: 17 Abril 2013
8. Workshop com as equipas técnicas das autarquias: 29 Maio 2013
9. Reunião com os Conselho Executivos das CIM e Presidentes das Câmaras Municipais – discussão sobre as prioridades de investimento e arranque da recolha de contributos para as iniciativas estruturantes: 19 Junho 2013
10. Reunião com os Conselho Executivos das CIM e Presidentes das Câmaras Municipais – plano de ação: 18 Fevereiro 2014
11. Reunião com a CCDRC para discussão do Plano Estratégico: 10 Março 2014
12. Reunião com a CCDRC para discussão do Plano Estratégico: 18 Março 2014
13. Reunião com a CCDRC para discussão do Plano Estratégico: 2 Abril 2014

A relevância da participação dos vários atores territoriais reflete-se também na composição ampla e multidisciplinar do CEDI, composto pelos agentes económicos e sociais representativos da região.

A construção do plano de ação do ITI assentou ainda no trabalho de várias equipas especializadas, cuja participação no diagnóstico e estruturação do plano de ação permitiu uma abordagem mais focada e diferenciada para cada grupo de atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto. Deste trabalho resultaram um conjunto de plano de ação de natureza temática que detalham as operações a realizar durante o período de vigência deste Pacto.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

A região de Coimbra apresenta-se como um território marcadamente rural, onde a floresta e o rio Mondego se assumem como protagonistas naturais na definição da identidade do território, ainda que sem prejuízo de uma malha urbana densa com relativa expressão no contexto da região Centro. De facto, o efeito polarizador de Coimbra é corroborado pelos 50 mil indivíduos que diariamente se deslocam ao concelho, um fenómeno induzido pela dimensão da bolsa de emprego e pela oferta de serviços centrais de educação e saúde que contribui para que seja o único concelho da região que regista um saldo positivo de entradas face às saídas diárias de indivíduos, num cenário em que a maioria dos concelhos regista alguma incapacidade de retenção da população, mais evidente nos que estão mais próximos de Coimbra.

A centralidade de Coimbra despoletou um processo de conurbação entre este concelho e os concelhos limítrofes, com maior expressão no eixo Coimbra-Figueira da Foz, e, de certa forma, desenhou uma ocupação do território claramente marcada por dois modelos de povoamento: o primeiro é constituído pelos concelhos na área de influência do eixo Coimbra-Figueira da Foz, com maior densidade populacional quando comparados com a região Centro e o país; o segundo é formado pelos concelhos do interior que, na sua grande maioria, são territórios de baixa densidade populacional no contexto nacional e da região Centro. Esta

realidade vem colocar desafios ao nível da coesão social e territorial da região, não só na definição das componentes infraestruturais e imateriais de um sistema mobilidade que seja capaz de responder às necessidades específicas das zonas rurais que assistem a um esvaziamento populacional conjugado com um processo acelerado de envelhecimento, mas também no acesso a equipamentos e serviços públicos centralizados. Os níveis de consumo de combustível automóvel e os movimentos pendulares confirmam, de alguma forma, a necessidade de promover a mobilidade nos concelhos do interior da região. Neste quadro, a EIDT prevê a um conjunto de investimentos na área do desenvolvimento urbano sustentável, como condições necessárias para:

- A mobilização integrada dos recursos concentrados no eixo urbano Coimbra-Figueira da Foz, em que temáticas comuns a cidades médias – espaço público, mobilidade, gestão de resíduos e ciclo urbano da água - cruzam-se com temáticas mais diretamente ligadas aos recursos locais - ensino superior, turismo, cultura e indústrias criativas - e a temas que emergiram na ronda de auscultação dos stakeholders, como a língua portuguesa enquanto elemento integrador de fluxos de procura e oferta no mercado internacional de bens culturais e turísticos.
- Otimização da área de influência dos recursos e equipamento situados em Coimbra – com destaque para a Universidade, os Hospitais da Universidade e as várias unidades de investigação; e para o património cultural e construído, recentemente reconhecido pela UNESCO – e da sua capacidade de polarização de fluxos de trabalhadores, estudantes e turistas que deve ser colocada ao serviço da região, numa lógica de “motor” de desenvolvimento.
- A aproximação da estratégia às comunidades mais rurais, promovendo o acesso da população a serviços básicos de proximidade, a diversificação de atividades em territórios rurais e a conservação e valorização do património rural, em que os valores culturais e naturais da zona costeira, da paisagem gandaresa, do vale do Mondego, do Alva e Ceira, das Serra da Lousã e Açor e da extensa mancha florestal emergem como principais imagens identitárias e que devem ser valorizados enquanto produto turístico.

O desenvolvimento urbano é uma temática que merece um evidente foco estratégico no âmbito na EIDT – é uma das áreas de intervenção prioritária transversal e está claramente plasmada na iniciativa estruturante “Desenvolvimento urbano sustentável” – à semelhança da mobilidade sustentável – iniciativa estruturante “Mobilidade e logística”. Ainda que o enquadramento regulamentar do ITI não preveja intervenções especificamente dirigidas à regeneração e revitalização urbanas (nomeadamente as financiadas através de alocações específicas no eixo autónomo do POR Centro), a implementação do plano de ação será pautada pelos seguintes princípios:

- Articulação com os projetos mais orientados para as necessidades e problemas específicos dos pólos urbanos e com os respetivos planos de ordenamento e com as disposições em matéria de uso e ocupação urbana (nomeadamente os planos de mobilidade sustentável, sendo assumido como prioritário pela CIM e elaboração de um plano de mobilidade sustentável à escala da região, e outros planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal), em nome da coerência estratégica da EIDT;
- Reforço da abordagem territorializada das políticas públicas, no contexto de estratégias locais de desenvolvimento, assentes em parcerias locais amplas, que promovam o combate à pobreza e exclusão social, o emprego e a sustentabilidade ambiental em comunidades urbanas desfavorecidas, incluindo ao nível de processos de capacitação de atores e de aprendizagem em rede.

Note-se também que a EIDT considera, na base da respetiva conceção, as orientações europeias, nacionais e regionais, documentos de planeamento regional entre os quais o PROT, o CRER 2020 e o POR Centro, assim como o envolvimento de atores relevantes para a região. Por esta razão, esta assume um caráter orientador e enquadrador, com implicações nos restantes instrumentos de planeamento territorial intermunicipal e também, municipais, nomeadamente, nas estratégias concelhias e na revisão dos Planos Diretores Municipais.

Em matéria de estruturação do sistema urbano e de articulação com os plano territoriais de âmbito municipal e intermunicipal procurou-se integrar, em particular no processo de seleção e construção das operações a desenvolver, as recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT.

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

O valor económico e social da intervenção estratégica é indissociável da sua natureza integrada e de base territorial. De facto, a diversidade de recursos endógenos da Região de Coimbra reforça a natureza crítica da territorialização das políticas públicas. As oportunidades e ameaças enfrentadas pelos territórios mais rurais – em que o potencial de valorização económica dos recursos naturais e patrimoniais contrasta com a tendência de despovoamento e envelhecimento populacional e com a persistência de dificuldades de acesso às principais bolsas de emprego e serviços – são necessariamente diferentes das enfrentadas pelo eixo urbano do litoral – onde a concentração de recursos, equipamentos e infraestruturas levanta vulnerabilidades no ordenamento do território e na gestão eficiente dos recursos e dos fluxos de pessoas.

Por um lado, o aprofundamento das EBT exige uma atenção atempada às lições de experiência, muito em particular às ineficiências geradas por um número desproporcionado de projetos estruturantes, pela divergência entre as intervenções propostas e diferentes instrumentos de política pública e pelo prolongamento dos prazos entre a formulação da estratégia e a efetiva aprovação dos projetos. Por outro, o alargamento do espaço de intervenção da CIM, independentemente da sua ação mais direta enquanto promotora de projetos, deve passar pela construção de referenciais para a convergência estratégica dos vários fundos e programas operacionais na região. Uma EBT não se deve resumir à mera programação financeira dos vários fundos, devendo ser apoiada por um investimento na capacitação da CIM.

Uma estratégia implica escolhas, nem sempre fáceis nem unânimes. A otimização do valor económico gerado pelo ITI assenta na seleção criteriosa dos projetos mais orientados para falhas de mercado (por exemplo, na área do empreendedorismo e inovação social), e que conseguem promover a inserção empresarial de recursos humanos qualificados e a criação líquida de emprego; e dos projetos que capitalizam experiência de trabalho de entidades, equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial que já operam na região (por exemplo, produtores de I&D, estabelecimentos educativos, incubadoras e viveiros de negócios).

Dada a convivência, na região de Coimbra, de perfis, densidades e dinâmicas populacionais e económicas muito diferenciadas – que correspondem, naturalmente, a fortes diferenças intrarregionais no acesso às principais bolsas de emprego e consumo e aos serviços e equipamentos sociais – sublinha-se também a necessidade de travar a tendência de agravamento das desigualdades sociais e territoriais gerada pela agudização da crise económica nos últimos anos, garantindo que “não se deixa ninguém para trás”, isto é, que há condições para todos os grupos e territórios beneficiarem da estratégia de criação de valor, ainda que de diferentes formas e em diferentes graus.

A medição do valor económico e social do ITI não pode ser dissociada do valor criado pela EIDT como um todo, destacando-se os seguintes resultados: convergir para um patamar de 90-95% do PIB pc da UE27; aumentar o ritmo de crescimento do número de dormidas de forma a acompanhar a dinâmica do Centro; garantir um ritmo de redução da taxa de abandono escolar precoce mais acelerado que o país, atingindo a meta para Portugal (menos de 10%); convergir para a meta de taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos UE (75%).

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Os princípios e metodologia de organização e elaboração do plano de ação da EIDT decorrem da visão do conjunto dos municípios da região de Coimbra. O modelo adotado recomendou, por isso, a construção de um plano de ação completo, integrador das operações que conduzem à prossecução dos objetivos definidos na fase da estratégia, articulando adequadamente as diferentes escalas territoriais e promovendo uma compatibilização das iniciativas dos diversos atores relevantes. O plano de ação da EIDT encontra-se definido em função de dez iniciativas estruturantes (IE) para a região de Coimbra que agregam o conjunto dos projetos enviadas pelas Municípios e recolhidos durante a fase de participação dos stakeholders. Neste quadro o plano de ação da ITI é apenas um dos instrumentos ao dispor dos atores da Região de Coimbra para a prossecução dos objetivos estratégicos, o que exigiu um exercício de articulação entre as tipologias elegíveis nas várias PI passíveis de serem mobilizadas por via de ITI com as IE para a região de Coimbra. Procurou-se desta forma que a seleção de objetivos e prioridades do plano de ação da ITI fosse compatível com o quadro regulamentar, elegibilidades, montantes e indicadores de realização e resultado de cada programa financiador e, principalmente otimizar os efeitos esperados ao nível da dimensão territorial regional, assumindo-se a ação da CIM como grande alavanca de coerência e integração dos projetos. Este exercício assentou no trabalho de várias equipas técnicas especializadas que trabalharam em parceria com a CIM e os municípios, produzindo diagnósticos da situação atual e planos de ação setoriais. As orientações que resultaram desde trabalho serão cruciais na implementação do plano de ação da ITI e poderão ser consultados junto da CIM. Esta metodologia conduziu à seleção das IE que se constituem como eixos da ITI, e ao respetivo encaixe das PI, em função dos seus objetivos específicos. A ação prevista no âmbito das PI 4.3, 5.1, 5.2 e 6.3 na ITI da Região de Coimbra articula-se com a IE01: Promoção das energias renováveis e da eficiência energética, IE02: Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais e IE04: Região de Coimbra, destino turístico, na medida em que visa apoiar: a melhoria da eficiência energética de edifícios e iluminação pública e da gestão de consumos; metodologias inteligentes que permitem a recolha de informação pertinente, para a avaliação e antecipação de situações de risco e catástrofe; a conservação e qualificação do património, criação de conteúdos e a oferta de experiências associadas ao património, e a criação de um sistema de informação e apoio ao turista. A ação prevista no âmbito das PI 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5 na ITI da região de Coimbra articula-se com a IE07: Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza, na medida em que visa apoiar: a inclusão ativa de populações em situação de exclusão social, no acesso aos seus direitos sociais, a competências básicas (pessoais, sociais e profissionais) e a orientação profissional, com vista à sua integração/ reinserção no mercado de trabalho; criação de equipas de apoio técnico à criação do próprio emprego e microempresas; novas iniciativas empresariais (projetos de empreendedorismo social, e projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde); a dinamização de práticas artísticas envolvendo os grupos em risco de exclusão e a divulgação de conteúdos digitais culturais acessíveis a pessoas com deficiências e incapacidades, promovendo a igualdade de oportunidades na fruição cultural; a qualificação das redes de serviços e equipamentos sociais, intervenções sociais inovadoras e experimentais com recurso as TIC (designadamente nas áreas da teleassistência e matching entre a procura e a oferta de serviços sociais); intervenções socioeducativas que visam a inclusão social, autonomia, independência e envelhecimento saudável dos mais idosos; a melhoria da rede de equipamentos do ensino pré-escolar e ensino básico e o combate ao abandono escolar precoce. A ação prevista no âmbito das PI 2.3 na ITI da região de Coimbra articula-se com a IE10: Modernização e eficiência administrativa, na medida em que visa apoiar: uma solução intermunicipal de disponibilização de serviços online, de forma normalizada e focada nas necessidades dos diferentes públicos-alvo, independentemente do canal que utilizam ou do município onde se localizam, permitindo ganhos de eficiência, melhoria da qualidade do serviço ao cidadão e aumento da competitividade da região (nacional e internacional), através de uma arquitetura funcional e tecnológica, interoperável e de partilha de recursos entre os diferentes municípios. As IE03: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos, IE06: Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego e IE08: Desenvolvimento urbano sustentável não são assumidas como eixos do plano de ação da ITI, mas recebem contributos indiretos das PI 2.3, 4.3, 6.3 e 8.8.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	IE06- Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego - Sistema de Incentivos	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	192,00	320,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	5 000 000,00€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	IE06- Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego - Sistema de Incentivos	Empresas que beneficiam de apoio	24,00	40,00	Postos de trabalho criados	0,00	56,00	3 000 000,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	E07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Bolsa de Voluntariado especializado	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	126,00	336,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	200 005,00€

10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Combate ao abandono escolar	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	0,00	60,00	12 587 838,70€
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	E07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza-Equipamentos escolares	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	6087,00	6087,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	0,00	43,70	7 900 000,00€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	IE10-Modernização e eficiência administrativa	Serviços da Administração Pública apoiados	2,00	6,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	0,00	65,00	3 725 074,00€

04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	IE01- Promoção das energias renováveis e da eficiência energética	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	1224159,00	6120795,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	2 537 890,45€
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	IE04- Região de Coimbra, destino turístico/ Valorização do património natural e cultural e promoção turística	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e atrações beneficiários de apoio	45900,00	76500,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,00	0,00	6 247 500,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais / Prevenção e gestão de riscos	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	267 750,00€

09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza- Dinamização de Estratégias de Integração + Programa intermunicipal para a redução da pobreza, exclusão social e desemprego	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	1 553 123,40€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Cultura para todos	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	1 270 500,10€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Idade + Envelhecimento ativo	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	250 000,30€

09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Equipamentos de saúde	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	7,00	7,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	5 087 250,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	IE01- Promoção das energias renováveis e da eficiência energética	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	11838 09,00	591904 3,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	2 040 085,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	40,00	100,00	85 000,00€

03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais/ Infraestruturas coletivas: Regadios e barragens	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	802 910,00€
--	--------	---	--------------------------------	------	------	--------------------------------	------	------	-------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Equipamentos de saúde				Nº de utentes nos equipamentos sociais e de saúde apoiados	96200,00	96200,00	0,00€

09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Cultura para todos	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	56,00	149,00				0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Cultura para todos				Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70,00	90,00	0,00€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Idade + Envelhecimento ativo	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	1,00	2,00				0,00€

09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza/ Idade + Envelhecimento ativo				Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	0,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	IE02-Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais	Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	1,00	1,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	IE02-Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais	Instrumentos de planeamento de emergência e proteção civil elaborados	1,00	1,00				0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais				Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	108389,00	303489,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais	Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	1118,00	1118,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	1,00	1,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais				Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	21,00	21,00	0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais				Acessibilidade à informação o disponibilizada e partilhada nas plataformas colaborativas pelos utilizadores finais	22,00	22,00	0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais/ Infraestruturas coletivas: Regadios e barragens	Segurança de barragens	1,00	1,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	IE02- Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais agrícolas e florestais/ Infraestruturas coletivas: Regadios e barragens	Regadios tradicionais	83,00	104,00				0,00€

09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	IE07-Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza- Dinamização de Estratégias de Integração + Programa intermunicipal para a redução da pobreza, exclusão social e desemprego	Projetos de inovação e de experimentação apoiados	9,00	15,00				0,00€
---	-----	--	---	------	-------	--	--	--	-------

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	20 861 467,50€
FEDER	30 537 799,45€
FC	352 750,00€
FEADER	802 910,00€
Total	52 554 926,95€

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

As realizações e resultados previstos estão integralmente alinhadas com as metas traçadas para os PO financiadores. Pressupostos por PI:

PI02.03: Rea: Investimentos a realizar em todos os municípios e nos serviços da CIM; Res: Todos os municípios da região disponibilizarão serviços através da internet; Controlo e monitorização através do SI da CIM da Região (SI/CIM).

PI03.04: 6 Intervenções (1 obra de segurança em barragem, e 5 obras de regadios tradicionais - 1 de beneficiação e 4 de reabilitação); Atingir o valor estabelecido a nível nacional; Controlo e monitorização através do SI da DRAPC.

PI04.03: Decorrente de uma estimativa aplicada às operações selecionadas; Controlo e monitorização dos consumos através de informação de faturação e de monitorização online a instalar nos equipamentos intervencionado apoiado por uma plataforma integrada para a CIM que faz a gestão de um observatório de consumos.

PI05.01: Plano engloba todos os municípios da região; Atingir o valor estabelecido a nível nacional (resultados); Colaboração da CIM no fornecimento dos elementos de controlo e monitorização ao SI da APA (ENAAAC).

PI05.02: Realizar 4 operações; Todos os concelhos abrangidos pelo sistema; Controlo e monit. SI/CIM;

PI06.03: Considera-se uma variação de visitantes alinhada com os pressupostos definidos no PO Regional; Variação 2 vezes a considerada no PO; Controlo e monit. SI/CIM, com base nos dados do INE.

PI08.03: Com uma dotação de 5M€ para a RC e de 24M€ para o Centro, considera-se 312 pessoas apoiadas até 2023. Em 2018, a tx de execução será 2/7 face ao total; Assume-se uma tx. de empregabilidade alinhada com meta do Centro; Controlo e monit. SI/CIM;

PI08.08: Com uma dotação de 3M€ para a RC e de 16M€ para o Centro, considera-se 38 empresas apoiadas até 2023; Assume-se que cada empresa criada gera 1,4 postos de trabalho; Controlo e monit. SI/CIM;

PI09.01: Estratégias de Integração- 1.717 pessoas apoiadas (15% dos Beneficiários de RSI da Região) em 2023; Assume-se uma taxa de empregabilidade de 15% em 2023, e 10% em 2018; Programa intermunicipal Exclusão, considerando um apoio médio de 5.500 €, apoiar 100 pessoas em 2023. Em situações de exclusão, assume-se tx. de empregabilidade de 30% em 2023, e 20% em 2018; Controlo e monit. SI/CIM;

PI09.01(Cultura para todos): Saberes e Tradições, 3 iniciativas por ano/Mun., com 15 participantes idosos por iniciativa. Na Escola de Sonhos, 2 iniciativas por ano por Município, com 30 idosos participantes. Valor anual total médio de 570 idosos participantes por ano. Controlo e monitorização através do SI da CIM da Região.

PI09.01(Bolsa de voluntariado): Com uma dotação de 0,2M€ para a RC e de 5M€ para nacional, considera-se 800 entidades acreditadas até 2023. Assume-se tx. de adesão alinhada com meta nacional, 90% em 2013, e 70% em 2018 (conservador). Controlo e monitorização através do SI/CIM;

PI09.04: Assume-se 1 evento anual por Município e 1 evento anual para RC. Em 2018, a tx de execução será 2/7 face ao total. Considera-se 4 idosos a participar por cada 1 das 10 modalidades, por Município. Controlo e monit. SI/CIM;

PI09.07: Realizar 6 operações na área dos equipamentos de saúde; Intervenções abrangem 96200 de utentes.

PI10.01: Realização 1 plano; Metas ligeiramente mais ambiciosa do que a prevista no PO Regional. Controlo e monit. SI/CIM;

PI10.05: Número de alunos considerado consante; Considerados todos os equipamentos com necessidades de intervenção; Controlo e monit. SI/CIM.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

O pacto, ao promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, potencia as soluções de governação sob a liderança das CIM mas envolvendo vários stakeholders, visando a coordenação, cooperação e concertação de iniciativas de âmbito intermunicipal.

A natureza integrada da EIDT e o princípio da simplificação de procedimentos recomenda que a governação do ITI seja pensada de forma articulada com a estrutura de governação global da EIDT. Esta articulação foi já

objeto de definição no momento da elaboração da EIDT.

O ITI tem como órgão central de governação de natureza estratégica o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra (CEDI), previsto na lei nº 75/2013, e composto pelos agentes económicos e sociais representativos da região, onde se incluem representantes das seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- Universidade de Coimbra
- Instituto Politécnico de Coimbra
- Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra
- Instituto Pedro Nunes
- Centro Distrital do Instituto de Segurança Social
- Direção Regional de Agricultura e Pescas
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- Administração Regional de Saúde do Centro
- Direção Regional de Cultura do Centro
- Serviços do Centro da Direção Geral de Estabelecimentos Educativos
- Turismo Centro de Portugal
- Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Direção Regional da Administração da Região Hidrográfica do Centro
- Conselho Empresarial do Centro
- Direção Regional IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação
- Direção Regional do Instituto Português do Desporto e da Juventude
- Administração do Porto da Figueira da Foz
- União das Misericórdias Portuguesas
- União para as Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Cáritas Diocesana de Coimbra
- Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Coimbra
- Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra
- Associação Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego
- Associação Nacional de Escolas Profissionais
- ADICES - Associação de Desenvolvimento Local
- ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra
- Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
- Associação Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento
- Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça

Para garantir a funcionalidade e a eficácia de atuação deste órgão será constituída uma Comissão de Gestão a quem compete dinamizar e operacionalizar as iniciativas estruturantes a desenvolver e que integrará os seguintes elementos:

- Presidente e Vice-presidentes da CIM
- Secretário Executivo da CIM
- Entidade do domínio da competitividade e internacionalização
- Entidade do domínio do sistema científico e tecnológico nacional
- Entidade do domínio da inclusão social
- Entidade representante das várias DLBC da região
- Entidade representante da administração central desconcentrada

Prevê-se igualmente a criação de uma rede de grupos temáticos de acompanhamento das iniciativas estruturantes. Estes grupos serão constituídos pelos membros do CEDI competentes em cada domínio temático da estratégia, designadamente as entidades responsáveis pelas políticas ou por investimentos ou ações relevantes nas respetivas áreas de intervenção. Estes grupos serão coordenados por um elemento da Comissão de Gestão e integram o Secretário Executivo da CIM.

A elaboração de um regulamento interno permite organizar o funcionamento do CEDI para efeitos de monitorização da Estratégia, bem como da definição da rede de grupos temáticos e respetiva composição e, ainda, as responsabilidades de cada um dos participantes.

A Estrutura de Apoio Técnico a constituir no seio da CIM Coimbra terá funções de apoio técnico, administrativo e logístico tanto em relação à monitorização da Estratégia como, em moldes mais operacionais, à implementação do ITI.

No quadro da monitorização, prevê-se alocar dois técnicos superiores de formação económica e um técnico auxiliar à conceção e construção do sistema de informação de suporte com a montagem de uma base de

dados e recolha periódica de informação sobre a evolução socioeconómica da sub-região – designadamente estabelecendo as necessárias ligações com o INE e com outras instituições nacionais ou regionais produtoras de informação relevante – e sobre as ações e investimentos em curso na região – para o que se socorrerá nomeadamente das redes de grupos de trabalho temáticos e entidades neles representadas.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

A implementação do ITI implica a montagem de um sistema de monitorização adequado à verificação periódica das realizações concretizadas e dos progressos alcançados, à análise dos desvios e à formulação de correções de trajetórias e de medidas corretivas.

O sistema de monitorização prevê a definição do modelo de acompanhamento da evolução e dos resultados, considerando o posicionamento da região e o seu contributo para as metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 e, em particular, da região Centro. Aqui se engloba o acompanhamento do sistema de indicadores de monitorização da estratégia regional previamente definidos e a análise da evolução da Região de Coimbra face às metas assumidas, relativizadas pela evolução global da região Centro e do País. Neste sistema de monitorização prevê-se igualmente incorporar o conjunto de indicadores de resultado e realização previstos neste Pacto.

Este sistema de monitorização inclui:

- Preparação do Relatório Anual de Monitorização, onde será analisada a evolução da região do ponto de vista da concretização dos objetivos fixados na estratégia e dos avanços em matéria de concretização do Plano de Ação e da montagem do sistema de operacionalização dos respetivos projetos estruturantes;
- Submissão do Relatório de Monitorização a reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, garantindo informação técnica a este órgão e suportando as deliberações e o sentido das prioridades de intervenção a assumir;
- Apresentação do relatório de Monitorização em sessão pública, em moldes a definir com a CIM, dando continuidade ao objetivo de promoção do envolvimento e participação da comunidade alargada dos atores da região.

As análises do relatório anual de monitorização tanto no seio do Conselho Estratégico como das sessões de discussão pública constituem momentos privilegiados de autoavaliação das entidades com maior responsabilidade no processo de desenvolvimento e de empowerment e acompanhamento ativo das populações.

No quadro da monitorização da Estratégia, prevê-se alocar dois técnicos superiores de formação económica e um técnico auxiliar. Estes técnicos deverão também dar apoio ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, tanto logístico no que respeita às suas reuniões e à gestão da rede de grupos temáticos e instituições envolvidas no ITI como na elaboração do Relatório anual de monitorização.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

A parceria base da implementação da Estratégia é constituída pelos membros do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI) e do Conselho Intermunicipal que assim se constitui no órgão central de governação da Estratégia.

O Conselho Estratégico, numa composição alargada, que incluirá igualmente a totalidade dos presidentes de Câmara integrantes da CIM da Região de Coimbra, reunirá, para este efeito, pelo menos uma vez por ano. Compete ao CEDI fazer a monitorização da Estratégia, avaliar o seu cumprimento e a consecução dos objetivos e metas pré-definidos, articular/integrar intervenções no sentido de obter/reforçar sinergias e formular recomendações no sentido de reforçar a eficácia dos recursos financeiros existentes.

O Conselho Estratégico assume, responsabilidades que transcendem a de um mero órgão consultivo colocando-o no topo da estrutura de governação da Estratégia e atribuindo-lhe funções de supervisão, de articulação e de controlo da implementação do ITI.

Este núcleo de parceiros estende-se depois a outras organizações e entidades da região através dos grupos temáticos de acompanhamento, que poderão abranger membros sem assento no Conselho Estratégico e também outras entidades como o Instituto Nacional de Estatística. No que respeita às responsabilidades dos grupos temáticos, estes deverão reunir no mínimo semestralmente e carrear informações e os resultados das suas análises e reflexões ao Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal. Os grupos temáticos poderão ainda envolver outros atores convidados, a título permanente ou temporário, de forma a assegurar maior representatividade e capacidade de atuação a cada grupo. A missão destes grupos temáticos não é apenas a de monitorizar a aplicação das políticas e os investimentos em cada área temática; pede-se-lhes uma abordagem proactiva de contacto com os promotores, de promoção das iniciativas estruturantes e de estímulo a novas realizações complementares ou sinérgicas relativamente às previstas na Estratégia. Estes grupos temáticos deverão reunir no mínimo semestralmente e carrear informações e os resultados das suas análises e reflexões ao Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal.

Cria-se assim uma rede alargada de parceiros com intervenção ativa na implementação, monitorização e avaliação.

De uma forma genérica poderá dizer-se que este conjunto de parcerias é ainda complementado com a parceria direta com a população da região de Coimbra, visto que está prevista uma interação permanente com a Comunidade e os agentes económicos da região. A gestão deste conjunto de parcerias é feita por três vias:

- Ligação e apoio da Estrutura de Apoio Técnico ao Conselho Estratégico e grupos temáticos de acompanhamento e aos seus membros;
- Organização de sessões de debate com as populações envolvidas, designadamente com base no Relatório Anual de Monitorização da Estratégia;
- Constituição de uma plataforma digital online interativa, gerida por aquela Estrutura e Apoio Técnico, e alimentada por todos os contributos que tanto os parceiros nos diferentes órgãos como a população em geral queiram trazer para discussão, no âmbito da implementação do ITI. A plataforma agrupará também toda a informação produzida no âmbito da governação da Estratégia bem como outra (dados estatísticos por exemplo) que possa ser recolhida e que com ela esteja relacionada.

A este conjunto de parcerias previstas para a monitorização da implementação da Estratégia associam-se ainda as que decorrerão da execução dos instrumentos de territorialização das políticas pública a desenvolver com o apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
02.03	Modernização administrativa: Capacitação	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	99 450,00€	2015		100,00
02.03	Modernização administrativa: Governance	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	326 995,00€	2015		100,00
02.03	Modernização administrativa: Modelo Operativo	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	227 409,00€	2015		100,00

02.03	Modernização administrativa: Processos	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	726 750,00€	2015		100,00
02.03	Modernização administrativa: Tecnologia	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	2 344 470,00€	2015		100,00
03.M0 4	Beneficiação de regadios coletivos tradicionais	000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	28 900,00€	2016		100,00
03.M0 4	Implementação do sistema de aviso e alerta; adequação da descarga de fundo	600082466	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	170 510,00€	2016	Mortágua	100,00
03.M0 4	Regadios coletivos tradicionais em exploração - Operações que visem a melhoria da eficiência	000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	603 500,00€	2016		100,00
04.03	Iluminação Pública - Intervenções de instalação de telegestão e telecontrolo	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	2 040 085,00€	2016		100,00
04.03	Intervenções nos edifícios e equipamentos - Auditorias e plano de ação	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	110 075,00€	2015		100,00
04.03	Piscina	501121528	Lousã	149 033,90€	2016	Lousã	100,00
04.03	Piscina	501272976	Montemor-o-Velho	154 359,15€	2016	Montemor-o-Velho	100,00
04.03	Piscina	501275380	Condeixa-a-Nova	191 678,40€	2016	Condeixa-a-Nova	100,00
04.03	Piscina	505371600	V.N. Poiares	200 000,00€	2016	Vila Nova de Poiares	100,00
04.03	Piscina	506087000	Cantanhede	200 000,00€	2016	Cantanhede	100,00
04.03	Piscina	506624200	Miranda do Corvo	116 618,30€	2016	Miranda do Corvo	100,00
04.03	Piscina	506657957	Penacova	196 162,15€	2016	Penacova	100,00
04.03	Piscina	506724530	Mira	175 891,35€	2016	Mira	100,00
04.03	Piscina	506778037	Penela	146 257,80€	2016	Penela	100,00
04.03	Piscina	506792382	Mealhada	200 000,00€	2016	Mealhada	100,00
04.03	Piscina	506806944	Tábua	75 674,65€	2016	Tábua	100,00
04.03	Piscina	506811883	Pampilhosa da Serra	101 807,90€	2016	Pampilhosa da Serra	100,00
04.03	Piscina	506818829	Oliveira do Hospital	47 832,05€	2016	Oliveira do Hospital	100,00

04.03	Piscina	506855368	Mortágua	47 142,70€	2016	Mortágua	100,00
04.03	Piscina Alhadas	501305580	Figueira da Foz	146 374,25€	2016	Figueira da Foz	100,00
04.03	Piscina e Pav. Multidesportos	506415082	Coimbra	200 000,00€	2016	Coimbra	100,00
04.03	Piscina VN Anços	507103742	Soure	78 982,85€	2016	Soure	100,00
05.01	Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	85 000,00€	2016		100,00
05.02	Plano intermunicipal de gestão de riscos	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	59 500,00€	2015	Coimbra	100,00
05.02	Sistema de monitorização de riscos e alertas em tempo real e instalação de rede de sensores	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	208 250,00€	2016		100,00
06.03	Castelo da Lousã - Reabilitação e circuito de visita	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	212 500,00€	2016	Lousã	100,00
06.03	Castelo de Montemor-o-Velho - Acessibilidades e conservação e restauro do imóvel	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	425 000,00€	2016	Montemor-o-Velho	100,00
06.03	Castelo de Penela - Intervenção de reabilitação	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	212 500,00€	2016	Penela	100,00
06.03	Claustro do Lorvão - Musealização do claustro	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	255 000,00€	2016	Penacova	100,00
06.03	Convento do Lorvão - Coberturas, conservação e restauro de património artístico integrado.	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	255 000,00€	2016	Penacova	100,00
06.03	Convento dos Anjos - Conservação e restauro do imóvel	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	382 500,00€	2016	Montemor-o-Velho	100,00
06.03	Figueira da Foz - Mosteiro de Seça	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	0,00€	2016	Figueira da Foz	100,00
06.03	Igreja do Carmo - Cobertura, coro alto e património artístico integrado	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	680 000,00€	2016	Coimbra	100,00
06.03	Igreja S. Marcos - Coberturas, conservação e restauro de património artístico integrado	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	340 000,00€	2016	Coimbra	100,00
06.03	Igreja S. Pedro - Reabilitação estrutural	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	170 000,00€	2016	Arganil	100,00
06.03	Igreja S. Pedro de Lourosa - Arranjos dos espaço envolventes	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	276 250,00€	2016	Oliveira do Hospital	100,00
06.03	Lomba do Canho - Conservação e restauro de sitio arqueológico	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	0,00€	2016	Arganil	100,00
06.03	Mealhada - Capelas e Ermidas da Mata do Bussaco	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	170 000,00€	2016	Mealhada	100,00
06.03	Mealhada - Convento de Santa Cruz do Bussaco	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	510 000,00€	2016	Mealhada	100,00

06.03	Miranda do Corvo - Igreja / Convento de Semide	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	0,00€	2016	Miranda do Corvo	100,00
06.03	Montemor-o-Velho - Mosteiro de Verride	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	0,00€	2016	Montemor-o-Velho	100,00
06.03	Mosteiro de Celas - Coberturas, conservação e restauro de património artístico integrado	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	255 000,00€	2016	Coimbra	100,00
06.03	Rede de oferta turística em espaços naturais	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	637 500,00€	2015		100,00
06.03	Sé Nova - Cobertura, conservação e restauro de património artístico integrado	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	595 000,00€	2016	Coimbra	100,00
06.03	Sé Velha - Cobertura, claustro e conservação e restauro de património artístico integrado	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	595 000,00€	2016	Coimbra	100,00
08.03	Sistema de incentivos à iniciativa empresarial - Componente FSE	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	5 000 000,00€	2015		100,00
08.08	Sistema de incentivos à iniciativa empresarial - Componente FEDER	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	3 000 000,00€	2015		100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado especializado	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	200 005,00€	2015		100,00
09.01	Cultura para todos - Escola dos sonhos	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	671 999,80€	2015		100,00
09.01	Cultura para todos - Saberes e tradições da região de Coimbra	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	598 500,30€	2015		100,00
09.01	Dinamização de estratégias de integração	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	649 999,25€	2015		100,00
09.01	Observatório para o Desenvolvimento Social	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	299 999,00€	2015		100,00
09.01	Programa Intermunicipal para a redução da pobreza, exclusão social e desemprego	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	603 125,15€	2015		100,00
09.04	Idade + Envelhecimento Ativo	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	250 000,30€	2015		100,00
09.07	Construção da Unidade de Saúde de Alhadas	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	522 750,00€	2016	Figueira da Foz	100,00
09.07	Construção do Centro de Saúde de Fernão de Magalhães	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	2 550 000,00€	2016	Coimbra	100,00

09.07	Remodelação da Unidade de Saúde Ervedal da Beira	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	221 000,00€	2016	Oliveira do Hospital	100,00
09.07	Remodelação da US Granja do Ulmeiro	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	314 500,00€	2016	Soure	100,00
09.07	Remodelação do Centro de Saúde de Celas	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	1 275 000,00€	2016	Coimbra	100,00
09.07	Requalificação da Extensão de Saúde de S. Martinho da Cortiça	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	102 000,00€	2016	Arganil	100,00
09.07	Requalificação do Centro de Saúde de Mortágua	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	102 000,00€	2016	Mortágua	100,00
09.07	Unidades Móveis de Saúde	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	0,00€	2016		100,00
10.01	A. Somos todos primeiros	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	2 206 907,70€	2015		100,00
10.01	B. A minha escola	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	714 731,00€	2015		100,00
10.01	C. Juntos fazemos melhor	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	127 500,00€	2015		100,00
10.01	D. Fazer diferente, fazer melhor	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	1 589 500,00€	2015		100,00
10.01	E. Sucesso com todos e para todos	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	6 787 250,00€	2015		100,00
10.01	F. Mais informações, melhores opções	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	311 950,00€	2015		100,00
10.01	G. Uma escola, um projeto	508354617	C.I.M. da Região de Coimbra	850 000,00€	2015		100,00
10.05	Campus educativo de Oliveira do Hospital	506818829	Oliveira do Hospital	297 935,20€	2015	Oliveira do Hospital	100,00
10.05	Centro Educativo de Miranda do Corvo	506624200	Miranda do Corvo	0,00€	2015	Miranda do Corvo	100,00
10.05	Centro Escolar de Antuzede	506415082	Coimbra	123 900,25€	2015	Coimbra	100,00
10.05	Centro Escolar de Brasfemes	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	Centro Escolar de Soure - Jardim de Infância, 1 e 2º ciclos	507103742	Soure	302 786,10€	2015	Soure	100,00
10.05	Centro Escolar do Ingote	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	Centro Escolar Póvoa de S. Martinho	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	EB 1 Trouxemil	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00

10.05	EB1 + JI Antanhol	506415082	Coimbra	154 875,10€	2015	Coimbra	100,00
10.05	EB1 Assafarge	506415082	Coimbra	123 900,25€	2015	Coimbra	100,00
10.05	EB1 Casais do Campo	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	EB1 Condeixa nº1	501275380	Condeixa-a-Nova	133 450,00€	2015	Condeixa-a-Nova	100,00
10.05	EB1 de Casconha	506415082	Coimbra	216 824,80€	2015	Coimbra	100,00
10.05	EB1 de Figueira de Lorvão	506657957	Penacova	263 289,20€	2015	Penacova	100,00
10.05	EB1 Murtede	506087000	Cantanhede	0,00€	2015	Cantanhede	100,00
10.05	EB1 Norton de Matos	506415082	Coimbra	216 824,80€	2015	Coimbra	100,00
10.05	EB1 Rui Martins	501305580	Figueira da Foz	0,00€	2015	Figueira da Foz	100,00
10.05	EB1 S. António	501121528	Lousã	0,00€	2015	Lousã	100,00
10.05	EB1 S. Martinho do Bispo	506415082	Coimbra	92 924,55€	2015	Coimbra	100,00
10.05	EB1 Vendas do Ceira	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	EB1+JI de Santa Rita	501121528	Lousã	187 000,00€	2015	Lousã	100,00
10.05	EB1/JI Cantanhede Sul	506087000	Cantanhede	439 423,65€	2015	Cantanhede	100,00
10.05	EB1/JI Febres	506087000	Cantanhede	0,00€	2015	Cantanhede	100,00
10.05	EB1/JI Tocha	506087000	Cantanhede	0,00€	2015	Cantanhede	100,00
10.05	EB2 Lousã	501121528	Lousã	0,00€	2015	Lousã	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra	506811883	Pampilhosa da Serra	285 531,15€	2015	Pampilhosa da Serra	100,00
10.05	Escola Básica Integrada de Mira	506724530	Mira	128 350,00€	2015	Mira	100,00
10.05	Escola da Cumieira	506778037	Penela	184 185,65€	2015	Penela	100,00
10.05	Jardim de Infância do Canedo	506792382	Mealhada	83 096,00€	2015	Mealhada	100,00
10.05	Jardim de Infância e Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Sarzedo	506833232	Arganil	296 393,30€	2015	Arganil	100,00
10.05	Jardim Infância de Casal Comba	506792382	Mealhada	79 959,50€	2015	Mealhada	100,00
10.05	JI Carqueijo	506792382	Mealhada	81 371,35€	2015	Mealhada	100,00
10.05	JI da Pocariça	506087000	Cantanhede	0,00€	2015	Cantanhede	100,00
10.05	JI da Povia da Lomba	506087000	Cantanhede	0,00€	2015	Cantanhede	100,00

10.05	JI do Lorvão	506657957	Penacova	0,00€	2015	Penacova	100,00
10.05	JI Meãs	501272976	Montemor-o-Velho	146 129,45€	2015	Montemor-o-Velho	100,00
10.05	JI Olivais	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	JI Pereira	501272976	Montemor-o-Velho	175 355,00€	2015	Montemor-o-Velho	100,00
10.05	JI S. João do Campo	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	JI Solum Norte	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	JI+EB1 de Vila Nova do Ceira	506613399	Góis	212 500,00€	2015	Góis	100,00
10.05	JI+EB1 Eiras	506415082	Coimbra	0,00€	2015	Coimbra	100,00
10.05	JI/EB1 Bom Sucesso	501305580	Figueira da Foz	0,00€	2015	Figueira da Foz	100,00
10.05	JI/EB1 Costa de Lavos	501305580	Figueira da Foz	0,00€	2015	Figueira da Foz	100,00
10.05	JI/EB1 Gala	501305580	Figueira da Foz	558 695,65€	2015	Figueira da Foz	100,00
10.05	JI/EB1 Marinha das Ondas	501305580	Figueira da Foz	0,00€	2015	Figueira da Foz	100,00
10.05	Parque Escolar 1º CEB (EB1 Lamas, EB1 Pereira, EB1 Vila Nova, EBI Prof. Dr. Ferrer Correia, EB1 de Semide, EB1 Moinhos, EB1 Rio de Vide)	506624200	Miranda do Corvo	0,00€	2015	Miranda do Corvo	100,00
10.05	Parque Escolar- Conclusão (Centro Escolar de Ançã, JI / EB1 de Cordinhã, Centro Escolar de Cadima)	506087000	Cantanhede	0,00€	2015	Cantanhede	100,00
10.05	Parque pré escolar e 1º CEB	501272976	Montemor-o-Velho	0,00€	2015	Montemor-o-Velho	100,00
10.05	parque pré-escolar (JI Conde Ferreira, JI de Santana, JI de Tromelgo, JI de Buarcos, JI de Ferreira- a- Nova, JI de Regateiros, JI da Ribas)	501305580	Figueira da Foz	0,00€	2015	Figueira da Foz	100,00
10.05	Parque Pré-escolar (JI de Miranda do Corvo, JI do Espinho, JI de Casais de S. Clemente, JI de Semide, JI do Vidual, JI dos Moinhos)	506624200	Miranda do Corvo	215 299,05€	2015	Miranda do Corvo	100,00
10.05	Programa de Requalificação de Parque Pré-escolar – Conclusão (JI de São Mamede, JI de Penacova, JI da Espinheira, CE do Seixo, JI de Miro)	506657957	Penacova	0,00€	2015	Penacova	100,00
10.05	Requalificação de Parque Pré-escolar (Fontainhas, Lousã,)	501121528	Lousã	0,00€	2015	Lousã	100,00
06.03	Ruínas Romanas da Bobadela	600025314	Direção Regional da Cultura do Centro	276 250,00€	0		100,00

10.05	ES da Mealhada	506792382	Mealhada	700 000,00€	0		100,00
10.05	EB Marquês de Marialva	506087000	Cantanhede	700 000,00€	0		100,00
10.05	ES Cristina Torres	501305580	Figueira da Foz	500 000,00€	0		100,00
10.05	ES de Oliveira do Hospital	506818829	Oliveira do Hospital	1 000 000,00€	0		100,00